

Tribuna da Luta Operária

ANO V — Nº 167 — DE 14 A 20 DE MAIO DE 1984

Cr\$ 300,00

Amigo leitor, este jornal custa Cr\$ 300,00 mas, se você puder, pague Cr\$ 500,00 para ajudar a reconstruir nossa sede destruída pelo terror fascista.

Comunistas apontam rumo para nova etapa

Documento avalia que campanha por diretas entrou numa fase nova e dá ênfase ao papel do povo na rua. Pág. 4



Deputado denuncia: Andreaazza compra votos por 10 bilhões

Custou 10 bilhões e 311 milhões de cruzeiros o voto estadual Moacir Andrade (PMDB-Alagoas), fartamente documentada, retrata a malcheirosa corrupção reinante na sucessão através do Colégio Eleitoral. A denúncia, do deputado

Pág. 3



Governo fecha frentes de trabalho e condena nordestinos à morte

Reportagem da TO constata o drama de uma área do polígono das secas após a decisão de Brasília acabando com as frentes de emergência. P. 8

EDITORIAL

Compromisso ou rutura

Como sair do impasse? Em torno desta questão candente começam a ferver sugestões em todo o país. O PC do Brasil lançou a respeito importante documento reafirmando que "não se pode negociar a vontade expressa da nação (...) em prol das eleições imediatas para a Presidência da República" e que "o fator fundamental para vencer a resistência das forças reacionárias e alcançar efetivas liberdades democráticas é a mobilização popular em ampla escala".

O governador Montoro também manifestou-se, defendendo as diretas-já e um candidato único das oposições comprometido com um programa básico de caráter democrático. O pronunciamento tem aparentemente como alvo condicionar as manobras de negociações nos bastidores encenadas por Figueiredo e bem recebidas por setores mais conciliadores da oposição. Logo no dia seguinte o próprio governador Brizola reafirmou que defende a eleição direta para o sucessor de Figueiredo.

Multiplicam-se as fórmulas propostas. Todas elas indicam no rumo de uma transição, o que mostra a intensidade da pressão exercida pelos grandes comícios pró-diretas realizados em todo o país. Mas as oposições não podem se perder em questões menores, precisam enfrentar os problemas centrais e mobilizar as grandes massas para ter força.

A questão chave colocada na situação atual é o fim do regime militar.

Os comunistas assinalam, no texto distribuído à imprensa, que "as eleições diretas-já são, nas circunstâncias atuais, o meio menos conflituante (...) para solucionar o impasse político que o país defronta". E mesmo não negando que possam haver entendimentos, mostram que é possível chegar a "um governo de transição, que não pode ser entendido como de compromisso com o regime militar. Ao

contrário, só poderá ser um governo de ruptura com tal regime".

A Comissão Mista que discute a emenda apresentada por Figueiredo — e onde as oposições junto com o pró-diretas do PDS tentaram restabelecer a questão das diretas-já — será nestes dias um fórum onde de certa forma todas estas propostas estarão presentes. Para o governo, a tentativa é deixar aparecer a maior diversidade de idéias, mas limitar o debate às salas dos gabinetes. Para a oposição, pelo contrário, o interesse é reduzir as propostas ao essencial, e da forma mais simples, como foi a palavra de ordem simples de **diretas-já**, e retomar a mobilização popular para acompanhar todos os passos.

Alguns se mostram impacientes porque os grandes comícios não se repetem. É uma situação passageira, fruto de certa perplexidade com a rejeição da emenda Dante de Oliveira e de uma necessária readaptação das formas de luta das massas. O importante é que todos os democratas estejam voltados para a grande tarefa de contribuir para elevar o nível de organização e mobilização popular. É aí que se definirá de fato uma transição que signifique ruptura e não compromissos com os donos do poder.

Os comitês unitários pró-diretas cumprirão ainda destacado papel. Ajudarão a discutir com a população as mudanças na situação política e a manter viva a chama da campanha. Continuarão pressionando os governos democráticos para que não abandonem o trabalho de mobilização de massas. Darão apoio à missão do presidente da Comissão Mista, deputado Jarbas Vasconcelos, que se dispôs a viajar pelo Brasil para debater com as entidades e organizações democráticas. Preparação condições para as grandes manifestações de rua, que mais cedo ou mais tarde voltarão à cena.

São Paulo pode parar no dia 16



Os motoristas e cobradores exigem 85% de reajuste salarial

Das 10 às 11 horas da quinta-feira, dia 10, cerca de 2.800 funcionários não operacionais do Metrô de São Paulo paralisaram suas atividades. Os outros 2 mil metroviários que operam os trens trabalharam, mas sem usar os uniformes da empresa. Desta forma a categoria, conhecida por sua coesão e combatividade, protestou contra a intransigência do governo estadual que não atendeu as reivindicações da campanha salarial. Conforme decisão da assembleia na noite anterior, com 1.300 presentes, os metroviários aguardarão até a próxima segunda-feira uma resposta positiva do governo. Caso isto não ocorra, toda a categoria entrará em greve, deixando sem transporte os mais de 1,3 milhão de usuários. Os metroviários exigem estabilidade no emprego; 175,64% de reajuste sobre o salário de junho passado; antecipação trimestral de 20%; etc.

Outra categoria que promete greve para o dia 16 é a dos motoristas e cobradores. Na tarde de quarta-feira mais de mil trabalhadores do setor saíram às ruas em passeata gritando: "No dia 16, São Paulo vai parar". Os 45 mil empregados do setor reivindicam 85% de aumento, mais um abono de emergência; equiparação salarial das empresas particulares com a CMTC (empresa do governo municipal). No dia 16 haverá a assembleia decisiva.

Congresso da UBES une secundaristas pelas diretas-já

Selma Oliveira e Delcímar Pires, diretores da entidade máxima dos secundaristas, opinam sobre os rumos do movimento. Página 5

Apoio redobrado à Tribuna diante do terror fascista

A semana passada bateu os recordes de solidariedade política e ajuda material para enfrentar efeitos do atentado. P. 7



Farsa eleitoral para nomear novo chefe de El Salvador

Quando fechávamos esta edição o resultado das eleições realizadas dia 6 em El Salvador estava bastante confuso. Enquanto o candidato democrata-cristão José Napoleón Duarte dava entrevistas como "presidente eleito", seu concorrente ultradireitista, Roberto D'Aubuisson, afirmava que ele era o verdadeiro vencedor.

A rádio Venceremos, porta-voz da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), divulgou diversos comunicados denunciando o pleito como uma "farsa que não resolverá os problemas do país" e conclamando a população à abstenção. Os guerrilheiros anunciaram também a realização de diversas ações armadas no dia da eleição e afirmaram ter impedido a votação em 54 distritos do leste do país, principalmente aqueles controlados pelas forças da FMLN. De fato, como já assinalamos em outras oportunidades, El Salvador não viveu, com as eleições presidenciais, uma experiência democrática de debate amplo, participação popular e livre escolha de nomes e programas de governo com vistas à solução dos problemas de fundo do país. Mas um simulacro de eleição disputada em clima de negação das liberdades e dos direitos fundamentais, sob total con-

trole de um exército fascista e corrupto e do imperialismo norte-americano.

PROMESSAS VÁS

O presidente "eleito" José Napoleón Duarte já exerceu anteriormente a Presidência da República, no período de novembro de 1980 a março de 1982, com a mesma plataforma supostamente reformista e liberal que apresenta agora. Contudo, em sua curta gestão, revelou-se um fantoche dos interesses norte-americanos e da oligarquia interna, orientando toda a sua ação para o objetivo de esmagar a ferro e fogo a luta de libertação do povo salvadoreño.

Agora, jactando-se de contar com o "apoio da maioria do eleitorado", Duarte pretende passar como o promotor das reformas sociais, o condutor da democratização do país e negociador capaz de alcançar a pacificação nacional. Mas, como implantar reformas sociais sem golpear duramente os interesses das 14 famílias que controlam a economia salvadoreña, oligarquia petrificada que dá as cartas no jogo do poder político? Como democratizar o país, se as eleições foram feitas com acordo prévio que obriga o eleito a não "interferir nos assuntos militares"? Vale dizer: Duarte pode reverter sobre a ineficiência da violência para combater a guerrilha e "preferir" o método do "diálogo", entretanto nada deve fazer de concreto que diminua o poder militar ou atinja os esquadrões da morte, cerne da repressão política que já massacrara mais de 40 mil civis em menos de 5 anos. A conclusão mais lógica que se pode tirar é que, em essência, nada mudará. O imperialismo norte-americano,



Repressão fascista durante o segundo turno das eleições em El Salvador

na pessoa de seu chefe, o presidente Ronald Reagan, saudou entusiasticamente a união de Duarte ao poder como a "vitória da democracia em El Salvador", como a abertura de caminho para "solucionar o problema da América Central".

REAGAN GOSTOU DA FARSA

A eleição de Duarte serve para Reagan como um pretexto para justificar perante a opinião pública norte-americana e escalada de sua presença militar como um meio de "defesa" da "democracia". Dai porque, mesmo antes da divulgação dos resultados oficiais, Reagan fez patético pronunciamento público e

se apressou a oferecer a El Salvador uma "ajuda econômica e militar de mais de 1 bilhão de dólares para os próximos cinco anos, conforme recomendação feita pela famigerada Comissão Kissinger.

Revelando que no exercício da Presidência da República será um dócil instrumento de Washington, José Napoleón Duarte declarou que "a ajuda econômica e militar dos EUA é indispensável para pacificar o país e promover a democracia". Já foi anunciada uma viagem de Duarte a Washington para antes de sua posse, a fim de tratar da obtenção de 400 milhões de dólares para este ano. (JRC)

Leia a revista Princípios

O nº 8 sai na próxima semana. Neste número:

O trotskismo — corrente política contrarrevolucionária: artigo do veterano dirigente comunista João Amazonas criticando, de um ponto de vista marxista-leninista, as teorias falsas de Trotsky e seus seguidores.

O marxismo — doutrina sempre jovem e imortal: artigo de um dirigente do Partido do Trabalho da Albânia sobre a atualidade e a força das ideias de Marx.

O papel social de arte progressista: informe do eminente pensador e teórico marxista-leninista, Andrei Zhdanov, companheiro de Stalin, no curso de um amplo debate desenvolvido na União Soviética, no imediato pós-guerra, sobre o papel social da arte.

O freudismo e os "freud-marxistas": artigo publicado pela primeira vez em 1931 na União Soviética no qual são criticadas as opiniões daqueles que buscam em vão estabelecer pontos de convergência entre o materialismo filosófico marxista e a doutrina idealista de Freud. E mais:

Em defesa da liberdade: discurso histórico de Maurício Grabois contra a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em 1948.

A atualidade de "Materialismo e Empirio-crítico": artigo de Olival Freire Jr.

Os quilombos de Salvador: nota histórica de autoria de Manoel S. Santos Neto.

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53. CEP. 01318 — São Paulo, SP.

Enviar cheque nominal no valor de Cr\$ 2.000,00 (por exemplar). A assinatura, que dá direito a receber 4 números, custa Cr\$ 8.000,00.



Duarte "eleito" sai atrás dos dólares

Imperialismo aperta o cerco à Nicarágua

A derrubada de um helicóptero da Força Aérea hondurenha, dia 8, dentro do território nicaraguense pela artilharia sandinista aumentou inesperadamente a tensão na área. No momento, tropas dos Estados Unidos, Honduras, El Salvador e Guatemala participam da operação "Granadero 1" em território hondurenho e poderão se aproveitar do incidente fronteiriço para desfechar um ataque aberto à Nicarágua.

A Nicarágua está enfrentando heroicamente uma agressão imperialista por terra, mar e ar. Os Estados Unidos transformaram Honduras num acampamento militar para dar apoio logístico às tropas mercenárias da FDN e organizar o bloqueio naval ao país de Sandino. A partir de 23 de fevereiro, o governo norte-americano iniciou a chamada "guerra dos portos", colocando minas nos principais portos.

O governo do presidente Reagan pretende apertar ainda mais o cerco ao regime sandinista. Na semana passada, o secretário de Estado, George Shultz, afirmou aos empresários norte-americanos que é necessário formar "um escudo militar" na América Central para resolver os problemas da região. Para ele, derrubar o governo nicaraguense faz parte desta solução. Mas os intentos americanos não serão fáceis, pois o regime sandinista tem o apoio do povo de seu país e a solidariedade internacional (veja box ao lado).

São Paulo presta homenagem a Sandino

Na Nicarágua, o 4 de Maio é o dia da Dignidade Nacional, data em que Augusto César Sandino iniciou a guerrilha contra as tropas invasoras norte-americanas, em 1926. Este ano, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e o Centro Cultural São Paulo convidaram o embaixador da Nicarágua para falar sobre esta ocasião histórica e a realidade atual daquele país.

Cerca de 200 pessoas estiveram presentes para ouvir o embaixador e dar seu apoio à luta patriótica dos nicaraguenses. Logo após a palestra, João Amazonas, falando em nome da Comissão Nacional pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, reafirmou que "nós, comunistas, daremos todo apoio e solidariedade à luta heroica do povo nicaraguense contra este inimigo comum, o imperialismo norte-americano".

TRÊS ANOS DE GUERRA

Ernesto Gutiérrez iniciou a palestra lendo uma carta na qual Sandino explicava por que se levantava em armas contra os ocupantes de sua pátria. O general de



O embaixador Gutiérrez (foto menor) fala no Centro Cultural.

homens livres terminava seu manifesto com um grito de combate: "O meu peito e o de meus soldados formarão uma muralha onde virão se chocar os batalhões dos inimigos da Nicarágua".

"E após 50 anos da morte de Sandino, o inimigo é o mesmo — afirmou o embaixador Gutiérrez. Estamos de novo enfrentando o imperialismo dos Estados Unidos. Temos três anos de guerra contra

a administração Reagan. Uma guerra suja. Uma guerra que utiliza os genocidas de nosso povo, os guardas somozistas". E terminou ressaltando: "Essa guerra vamos continuar até o último homem. E esperamos que o mundo inteiro, que já nos deu apoio político e moral quando precisamos, vá nos apoiar agora também contra esta agressão dos Estados Unidos".

URSS fora das Olimpíadas

A União Soviética anunciou dia 8 que seus atletas não participarão dos Jogos Olímpicos que serão realizados em Los Angeles, EUA, em julho e agosto deste ano. A decisão tomada pela unanimidade dos membros do Comitê Olímpico Nacional da URSS tem claramente um sentido político de represália ao boicote norte-americano às olimpíadas de Moscou, em 1980. Este fato se dá dentro do quadro de crescente agravamento do confronto entre as duas superpotências.

Os sintomas de que a União Soviética não participaria das olimpíadas nos Estados Unidos vêm desde abril, quando o Comitê Soviético denunciou oficialmente ao Comitê Organizador de Los Angeles a falta de segurança para seus atletas. A URSS apresentou uma série de outros motivos para explicar o seu

boicote, desde uma suposta violação da Carta Olímpica pelos EUA até a articulação de uma campanha anti-soviética. O presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) deverá tentar convencer os soviéticos a mudarem de ideia. Missão bastante difícil, pois a raiz do problema é político e não esportivo. Tudo leva a crer que os demais países do leste europeu deverão acompanhar a URSS no boicote olímpico.

Não é a primeira vez que medidas políticas afetam os jogos olímpicos. Mas nos últimos anos as represálias políticas têm atingido proporções maiores na medida em que aumenta o confronto leste-oeste. Segundo um antigo desportista paulista, "se for mantida esta decisão, esta olimpíada será o mesmo fracasso que foi Moscou-80".

Alta dos juros desmascara a demagogia dos banqueiros

Terminou no dia 9 de maio uma importante reunião da cúpula financeira mundial. Assustados com a grave crise da dívida externa dos países pobres, os bancos centrais, autoridades monetárias e bancos privados de quase todo o mundo capitalista — com exceção da esfera russa — debateram teses, sem permitir a participação da imprensa. Como sempre o palavrorio que vazou para os jornalistas foi um e as atitudes foram outras. Demonstrando que em nada mudarão seu esquema de archo do pobres, a taxa de juros foi elevada em 0,5% durante a realização da reunião.

Nos últimos 50 dias as taxas de juros no mercado financeiro subiram 1,5%, chegando a 12,5% no caso dos bancos americanos. O aumento de 0,5% registrado na se-

mana passada, representa, numa penada, um aumento de 10 bilhões de dólares nos juros da dívida dos pobres. Só no caso do Brasil, os últimos aumentos dos juros representam uma sobrecarga na dívida superior a 1 bilhão de dólares, ameaçando engolir os superávits da balança comercial, que tanto sacrificios têm custado ao nosso povo.

Entre as propostas citadas na reunião dos banqueiros algumas denotam a sensação do perigo que o sistema financeiro está vivendo. Por exemplo, a ideia de adiamento do pagamento dos juros, para determinados tipos de dívida. Outra, que foi levantada por bancos centrais europeus, a limitação das taxas para os pobres. Tudo são palavras, fato mesmo é o aumento das taxas de juros.

Ajude a Tribuna Operária

Trabalhador. Democrata. Responda ao ataque dos fascistas à Tribuna Operária. Faça uma assinatura do jornal. Se não puder fazer a assinatura de reconstrução, faça uma assinatura simples. Precisamos de apoio político e material.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., no valor abaixo assinalado. Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Assinatura de Reconstrução: Cr\$ 30 mil

- Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 20.000,00
- Anual comum (52 edições) Cr\$ 10.400,00
- Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 9.000,00
- Semestral comum (26 edições) Cr\$ 4.500,00
- Anual no exterior US\$ 70,00

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP:

Profissão: Data:

Opinião dos comunistas

Mobilização popular e democrática para vencer as forças reacionárias



Escritor: menos acorte resolve!

Abolição da escravatura foi fruto de campanha

Para quem participa hoje da campanha por eleições diretas-já, vale a pena conhecer a rica experiência de nossos bisavós há cem anos, durante a Campanha Abolicionista. Ela demonstra que a emancipação dos escravos em 13 de maio de 1888 não foi fruto do bom coração da princesa Isabel, mas da luta incansável de milhares de brasileiros, cativos e libertos.

Os abolicionistas tiveram o merito do pioneirismo. Fizeram a primeira campanha nacional de massas da história de nosso povo. Inauguraram esta forma específica e avançada de luta política, que tem seu ponto alto hoje com as multidões que tomam as ruas pelas diretas-já.

A luta contra a escravatura já tinha mais de três séculos quando eclodiu a Campanha propriamente dita, nos anos 80 do século passado, ao se criarem as condições históricas para sua vitória. Na época o cativeiro já agonizava frente ao trabalho "livre". O próprio Império latifundiário-escravista fazia leis ditas humanitárias como a que reduziu o número de açoites que o senhor podia aplicar num negro. Em 1871, a Lei do Ventre Livre emancipou os filhos de escravos, com a condição de que servissem gratuitamente aos senhores até os 21 anos de idade — o que significa que nenhum deles chegou a beneficiar-se com a suposta concessão.

Mas a poderosa classe dos donos de escravos, em especial os fazendeiros de café, resistia ferrenhamente à abolição, em nome do "direito à propriedade". E tinha maioria no Parlamento, taxando o movimento abolicionista de "comunista". Para vencer essa reação obstinada, criou-se uma vasta frente pela abolição. Ao final, os escravistas estavam virtualmente isolados. Os textos escolares não contam, mas no 13 de Maio, quando a princesa Isabel assinou a Lei recém-aprovada no Parlamento, havia uma multidão de abolicionistas concentrada do lado de fora do Palácio Imperial.

Como toda frente ampla, aquela comportava unidade e também luta. Em linhas gerais, possuía duas alas: a moderada e a radical.

O grande representante dos moderados, seu porta-voz mais brilhante, foi Joaquim Nabuco, filho de uma rica família de latifundiários pernambucanos. Queria uma abolição feita pela "lei", no "Parlamento", não em "quilombos" ou nas "ruas e praças públicas". Repugnava-lhe incentivar a rebeldia dos próprios cativos e, até 1885, propunha não a abolição imediata mas que fosse "humanizado o código negro".

Na ala avançada, ao lado de Silva Jardim, Antonio Bento, Raul Pompeia e outros, salientava-se o notável Luis Gama, ex-escravo, que defendia a rebelião dos cativos como um ato de legítima defesa. Também nessa corrente figurava o recém-nascido movimento operário. Os ferroviários de São Paulo, por exemplo, organizaram uma verdadeira rede para esconder e transportar escravos fugidos. Ao final, foi Joaquim Nabuco que apresentou a Lei para a princesa assinar. Mas foi a luta popular, dos homens livres e dos escravos, que criou um tal estado de insubordinação que tornava impossível qualquer tentativa de prolongar a escravatura.

gime. De curta duração e aprovado pelas massas, sua função principal seria estabelecer o clima de amplas liberdades, de liquidação dos casuismos e leis arbitrárias, de convocação da Constituinte, de aplicação de um plano de emergência para atender os problemas cruciantes do país e das grandes massas da população. Um governo que preparasse as condições, com a livre manifestação e organização do povo, tendentes à formulação de um novo regime para o país.

6 Os trabalhadores, os democratas e patriotas estão atentos à questão das candidaturas à Presidência da República. Justifica-se a apresentação de um candidato único das oposições. Mas esse candidato precisará contar com a confiança das massas. Sua escolha deverá realizar-se em convenção nacional que reúna os diversos setores oposicionistas, inclusive os representantes das entidades sociais de maior expressão, bem como os partidos de influência popular ainda não reconhecidos oficialmente.

Só o povo na rua poderá alcançar a democracia

7 O fator fundamental para vencer a resistência das forças reacionárias e alcançar efetivas conquistas democráticas é a mobilização popular em ampla escala, tendo por base a unidade das correntes e setores que a integram. O governo dos generais não cederá facilmente, recorrerá, como a experiência vem demonstrando, a medidas coercitivas contra a maioria da nação na esperança de, assim, manter as posições de mando. Somente o povo na rua, a ação vigorosa das massas na defesa de seus direitos, respaldados pela atuação de seus representantes no Congresso, Assembleias e Câmaras Municipais, e também por governadores e prefeitos de postura democrática, serão capazes de derrotar a reação e a intransigência dos militares. O povo tem todo o direito de se manifestar publicamente, de exigir a satisfação de seus anseios. A radicalização do movimento popular não surge por si mesma. Os enfrentamentos são inevitáveis na medida em que o governo procura tolher abusivamente a luta legítima das massas. Vigilante contra a atividade de provocadores a serviço dos órgãos repressivos, o movimento democrático, sem precipitações injustificáveis, precisa recorrer às mais diversas formas de combate, entre as quais as demonstrações de grande envergadura que provocam ser eficiente instrumento de ação política.

8 A luta em que se empenha a maioria da nação não se limita a eleições diretas-já. Estas constituem importante passo na caminhada democrática visando à solução dos problemas nacionais. Extremamente grave é a situação brasileira. A crise aprofundada, o nível de vida da população cai continuamente, o desemprego, a fome e a miséria estendem-se por toda a parte. O Brasil continua espoliado brutalmente pelos banqueiros internacionais, paga dívidas e juros de dívidas pesadíssimos que trazem dificuldades imensas a todos os brasileiros. O país necessita de um novo governo, de um governo de conteúdo democrático e popular que assegure a liberdade e crie condições às mudanças profundas que o povo reclama. O Partido Comunista do Brasil considera que a situação atual não pode perdurar, causa danos e sofrimentos incalculáveis à nação. Pugando por soluções democráticas imediatas, ergue a bandeira da libertação nacional, da reforma agrária radical, de um regime de democracia popular rumo ao socialismo.



São Paulo, 16 de abril, comício de 1,5 milhão: "A nação não admite a continuação do regime"

Documento distribuído à imprensa.

Com a votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional que não conseguiu reunir 2/3 dos votantes para a sua aprovação, completou-se mais uma etapa de luta contra o regime militar. Os comunistas do PC do Brasil examinam o novo quadro da situação política daí decorrente e opinam sobre o caminho a seguir.

1 A campanha pelas diretas-já constitui um dos acontecimentos marcantes da história do país. Reuniu em praça pública milhões de brasileiros em manifestações gigantescas de oposição ao comunismo. Cerca de 95% da população aderiu à idéia de eleger diretamente e agora o sucessor do general Figueiredo. Em poucos meses de campanha generalizou-se — não só nas grandes cidades mas em todos os recantos da pátria — o sentimento de condenação ao atual regime e de exigência de um novo sistema democrático a ser posto em prática sem mais tardança. Embora não tenha ainda alcançado sua finalidade, a campanha obteve êxitos consideráveis. A participação maciça do povo nas ruas, em comícios e passeatas, mudou o cenário político. Cresceu o nível de consciência das massas, acentuou-se o anseio de unidade das forças populares e democráticas. O governo, desacreditado e desmoralizado, revelou-se minoritário, sem condições de prosseguir à frente da Administração federal. Tornou-se evidente que a nação não quer nem admite a continuação do regime dos generais. Esta a característica principal da presente situação.

2 O governo de Figueiredo, mesmo evitando a aprovação da emenda Dante de Oliveira, saiu derrotado da batalha travada no Congresso. Mal conseguiu agrupar entre os 479 membros da Câmara dos Deputados 180 seguidores de sua orientação. Viu-se obrigado a aceitar a tese das eleições diretas, postergando-as porém para 1988. Desmascarou-se com a decretação das medidas de emergência em Brasília e Goiás, com a violência empregada contra o povo, a imprensa e até deputados no exercício de seus mandatos, com os atos vergonhosos proibindo a transmissão pelo rádio e TV da votação daquela emenda. Esse procedimento testemunha que o governo não se dispõe a fazer sequer concessões democráticas, aferra-se ao autoritarismo, à defesa dos interesses da oligarquia reacionária, entreguista e corrupta, que ocupa o poder. Não obstante as dificuldades que o cercam, o gen. Figueiredo esforça-se por reassumir o comando das forças dispersas em que se apoiava.

Governo não quer aceitar o fato do fim do regime

3 A emenda constitucional enviada pelo Planalto ao Congresso e apresentada como base para um acordo nacional não faz modificações essenciais na Carta outorgada por uma Junta Militar em 1969. Se bem que corrija certos aspectos negativos não fundamentais dessa Carta, mantém o seu caráter antidemocrático-reacionário. Não toca nos dispositivos que configuram a introdução do Ato Institucional nº 5 na Constituição, como o estado e as medidas de emergência, instrumentos de arbítrio já aplicados por duas vezes e que resultaram em pressões e violências contra o povo e o Poder Legislativo. Tampouco altera o inciso que dá ao Conselho de Segurança Nacional, sob o controle dos militares, atribuições de "estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional". Toda a estrutura restritiva das liberdades públicas, dos direitos de livre organização e de manifestação do pen-

samento, de julgamento de civis pela Justiça Militar é conservada. Um dos pontos do governo ao enviar essa emenda ao Congresso, na qual defende o Colégio Eleitoral para a eleição do sucessor de Figueiredo, é tentar esvaziar a luta por uma Assembleia Constituinte que se impõe urgentemente. Ele quer dar a impressão que estaria aperfeiçoando a democracia no Brasil.

4 Após os embates de 25 de abril, o tom que se procura imprimir ao processo político em curso é o da negociação. Argumenta-se que não haveria outra saída para a situação atual, pois nem o governo reúne elementos suficientes para impor seus pontos de vista, nem os oposicionistas contariam com a maioria necessária de 2/3 no Congresso. Diz-se que a recusa da oposição ao "entendimento" poderia determinar um retrocesso político. A correlação de forças, porém, não justifica esse prognóstico. O regime militar acha-se em decomposição, já não pode manter-se por muito tempo sem o risco de enfrentar graves comoções sociais, enquanto as correntes democráticas e populares têm do seu lado o forte impulso do movimento de massas. A negociação tal como a entendem os círculos militares outra coisa não é que a tentativa de frear a marcha do povo brasileiro em busca de um futuro melhor para o Brasil, de sustentar o arcabouço reacionário do regime antinacional e antipovo, de ganhar tempo para recompor suas fileiras em desagregação. O governo não está disposto a aceitar o fato indiscutível de que o regime militar chegou ao fim e se torna imprescindível passar à sociedade civil o comando da saída política para a presente situação, o que

significa, antes de mais nada, admitir sem restrições as eleições diretas imediatas. A negociação está colocada em termos de que a luta se transfira para o âmbito do Congresso, entre as cúpulas partidárias, e em estreita ligação com o Planalto; o movimento popular deveria cessar, os comícios e manifestações públicas já não teriam razão de ser, uma vez que acarretariam radicalismos.

A saída menos conflitante hoje é diretas-já

Mas o povo na rua reclamando diretas-já é, precisamente, a marca da democracia nascente. Foi o povo que abriu espaço no quadro político, que determinou a modificação substancial da correlação de forças. É um movimento que apenas se inicia, incontível porque exprime a vontade soberana da nação. O papel que representa para o avanço democrático não pode ser substituído pelos cochichos de bastidores. A negociação relaciona-se também com a intenção do governo de dividir as forças oposicionistas. Acenando com a possibilidade de satisfazer ambições pessoais de certas personalidades políticas ou interesses de grupos regionais, o Planalto tenta abrir brecha na unidade das correntes que sustentam a campanha pelas diretas-já; estimula os setores ditos moderados, os que pretendem não somente obter concessões do governo e alargar a chamada abertura patrocinada por Figueiredo. Aqueles que adotam tal posição divorciam-se do povo que reclama ampla unidade de todas as forças efetivamente democráticas com vista à liqui-

dação do regime autoritário. Não se pode negociar a vontade expressa da nação, patenteada nas maiores manifestações já realizadas no Brasil em prol de eleições imediatas para a Presidência da República. O governo quer negociar mantendo o povo, impedindo-o de se pronunciar em praça pública, empregando o terrorismo contra a população e seus órgãos representativos. São inaceitáveis as propostas de Figueiredo e seus parceiros. O governo de quatro anos que propõem, saído de um Colégio Eleitoral falsificado e indecoroso, não corresponde às aspirações nacionais, é um engodo. O Brasil exige medidas urgentes para fazer frente à grave crise que atravessa e o primeiro passo é extinguir definitivamente o regime militar com a eleição direta para presidente da República, com a garantia das liberdades e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

5 Qualquer entendimento que seja necessário efetuar-se, não poderá realizar-se às escondidas, mas a participação do povo, de suas entidades mais representativas, das distintas correntes da opinião pública. E seu objetivo terá de ser a superação da crise político-institucional através da saída democrática. As eleições diretas-já são, nas circunstâncias atuais, o meio menos conflitante, menos doloroso, menos desgastante para solucionar o impasse político que o país defronta. Com referência ao tipo de governo que possa emergir dos debates políticos, não se pode excluir a possibilidade de um governo de transição que não pode ser entendido como compromisso com o regime militar. Ao contrário, só poderá ser um governo de ruptura com tal re-

Foto: Angiano José Pereira



Grileiros atacam em S. Domingos do Capim

Na condição de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Capim venho, infelizmente, comunicar mais um fato gravíssimo contra os interesses dos trabalhadores rurais do nosso município. No último dia 16 de abril foi realizado um violento despejo contra os posseiros da gleba 10 da Colônia União no km 90 da BR 010, na rodovia Belém-Brasília, que possui aproximadamente 4 mil hectares; totalmente improdutivo, foi ocupada no início do ano passado por mais ou menos 100 posseiros, que fizeram roçados, barcos, ramais etc.

Estavam trabalhando a terra e tornando-a produtiva; porém, no final do ano passado, o grileiro Durval Totolli, que diz ser proprietário, contratou jagunços e policiais para expulsar o pessoal. Em dezembro do ano passado, com a ajuda do Delegado Machado, do nosso município, acompanhado de 8 policiais e 3 jagunços efetuaram ilegal e violentamente a prisão de 8 posseiros, inclusive um garoto de 12

anos; além de terem atirado e espancado o posseiro Domingos Souza e amarrado pelos pés e mãos os trabalhadores presos, que foram jogados na camioneta C-10 do referido grileiro. Ele levou-os à sede do município distante 120 km do local do conflito, somente sendo solto após a interferência da diretoria do Sindicato e do seu advogado.

Não satisfeito com essas arbitrariedades o grileiro conseguiu sumariamente uma liminar com a juíza de São Miguel do Guamá, Dra. Maria Soares Palheta, que requisitou força policial e ordenou que fosse efetuado o despejo de qualquer maneira. O que foi feito no dia 5 de abril com requintes de selvageria, pois os 10 PMs derrubaram 12 barracos com um trator de esteira e moto-serras, além de pegar o trator e passar por cima dos roçados de arroz, mandioca, milho etc.

É importante salientar que no dia 7 o grileiro tornou ao local acompanhado novamente do Oficial de Justiça propondo a inde-

nização para 20 posseiros, com a finalidade de dividir os trabalhadores, e também ameaçando que se os mesmos não saírem de um jeito sairão de outro, isto é, mortos. Ele anda dizendo por aí que vai mandar os pistoleiros matá-los ou envenenar o rio. Quero também informar-lhes que o grileiro citado vive publicamente ameaçando a diretoria deste órgão de classe e o advogado desta entidade, Dr. João Carlos Batista, afirmando que os responsáveis por estes conflitos somos nós e que para resolver este problema é só tirar-nos do caminho. No dia 12 a polícia e os jagunços do grileiro voltaram ao local do conflito para concluir o despejo, avisando que iriam trazer o pessoal amarrado. Diante deste quadro mais ou menos 100 posseiros se mobilizaram e resistiram à prisão e puseram os policiais para correr. Estão ameaçando entrar na área com 100 soldados para fuzilar o pessoal e as lideranças. (Antonio de Araújo Lima-Presidente do STR de São Domingos do Capim-Pará)

Incêndios e saques não destruirão a Tribuna

Não há de ser um incêndio e saques que irão destruir nosso espírito revolucionário. Muito pelo contrário! Nosso jornal tem uma linha justa, correta, que reflete os ansejos de milhões de brasileiros. Frente a isso a reação sordida apela para atos desesperados de quem se encontra a beira do túmulo. Devemos,

junto com a classe operária e os camponeses, ser os primeiros cozeiros desse regime militar e toda a camarilha que o acompanha. Devemos, por todos os meios, tentar reaver o que nos foi roubado.

A solidariedade ao Tribuna Operária tem sido muito grande. Tem gestos bonitos de um monte

de gente que não conhecemos (por exemplo vinda da TO no terminal de ônibus) e que faz questão de contribuir com Cr\$ 100,00 ou Cr\$ 200,00. Isto é bastante interessante para Americana, pois o nível de informação é baixo, dado que os jornais locais são débeis. (vendedor da TO em Americana, São Paulo)

O trabalhador não é escravo, sr. Edvelton!

Após 36 anos de serviço na CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos) estou vendo serem violados todos os meus direitos e os de muitos colegas, depois de uma caminhada longa e penosa, dando todos os meus esforços no cumprimento do dever, como trabalhador honesto.

Ao longo desses 36 anos de trabalho sempre mecanizei meu ponto antes de trocar a roupa. Agora infelizmente, por determinação do sr. Edvelton, sou obrigado a mecanizar meu cartão já trocado de roupa, transformando assim a nossa empresa em verdadeiro cativeiro. Nunca fui cativo e espero até os meus últimos dias não ser escravo de ninguém.

No dia 30 de março, às 14:22 h o sr. Edvelton Tadeu Mendes, coordenador de manutenção do troleibus ao passar por minha seção de trabalho observou que eu lia o informativo que a companhia distribui nos locais de trabalho. Ele determinou ao meu chefe de seção que fechasse o meu cartão de ponto. E isso foi feito a quem há tantos anos presta serviço a empresa, sem nunca



ter sofrido nenhuma punição.

O sr. Edvelton vem se comportando de maneira muito desigual com todo o pessoal deste setor, inclusive fazendo ameaças de desligamento do emprego por menor que seja a falta, por menor que seja a conversa entre os empregados.

Como se isso não bastasse, chega ao cúmulo de dizer que o povo lá fora está passando fome e os trabalhadores que abram os olhos. Entendo que não só eu mas todos que estamos prestando nosso trabalho merecemos respeito, principalmente por parte daqueles que estão no lugar de mando. (S.B.S.-São Paulo, SP)



D e São Domingos do Capim, no Pará, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos envia uma denúncia grave: cerca de cem posseiros estão ameaçados de fuzilamento por um grileiro que se diz dono das terras que eles trataram, semearam e da qual tiram seu sustento e a manutenção de suas famílias.

Os posseiros mostram-se dispostos a resistir e lutar por seus direitos. Situações como essas ocorrem em todo o campo brasileiro. O monopólio da terra e mais do que nunca contestado por quem nela trabalha e no fim não tem direito a nada. Mas os lavradores já estão cansados de exploração, como bem mostra a carta. (Olivia Rangel)

Em Vila Farrapos o 1º de Maio foi de luto

O 1º de Maio foi um dia de luto para os moradores da Vila Farrapos em Porto Alegre. Em vez do festivo comércio alusivo ao dia dos trabalhadores, a revolta se fez presente nos lares desta vila abandonada pelas autoridades municipais.

O menino Marco Aurélio Hilário de Oliveira, de 12 anos incompletos, morreu soterrado num dos imensos buracos existentes na vila, feitos pelas obras do Projeto Rio Guaíba, que se arrastam há vários meses causando vários transtornos aos moradores. Em vez da prometida rede cloacal e fluvial, os moradores estão às voltas com esburacamento total da vila, sem nenhuma proteção, com suas casas inundadas à primeira chuva, colocando em permanente risco a vida dos moradores, sobretudo das crianças. Os moradores já foram ao prefeito,



aos demais órgãos competentes, sem conseguir nenhum atendimento às suas reivindicações. Agora, com a morte do menino Marco, perderam a paciência e

vão exigir uma rápida solução para o caos em que se encontra a Vila Farrapos. (uma tributária da Vila Farrapos-Porto Alegre, Rio Grande do Sul)

Mulheres tingem o Congresso de amarelo

Foi tudo bonito demais. Seis mil mulheres em Brasília, no dia 17 de abril. Negras, brancas, operárias e donas de casa, estudantes, intelectuais, artistas e parlamentares; jovens e idosas se confundiam na alegria e na expectativa da vitória. Ada, 64 anos, de Campinas, afirmou: "Eu era velha, hoje, na luta, me tornei jovem de novo".

As flores, as grandes faixas coloridas indicavam o entusiasmo e a combatividade das mulheres na defesa de seus direitos e das eleições diretas-já. Por volta das 13:30 h começaram a chegar as caravanas de vários Estados, ocupando as galerias do Congresso. Fato curioso é que justamente quando não havia mais lugares nas galerias, os porteiros escancararam as portas de vidro ameaçando um tumulto. Mas não conseguiram.

E do contrário do que ocor-

reu em 1964, quando as marchadeiras as pretexo de defender a família apoiaram o golpe militar, as mulheres entenderam que a defesa de seus direitos passa necessariamente pela ação coletiva, solidária e unificada em defesa das liberdades políticas como o direito de votar para presidente. Ao invés de aceitarem as provocações, as mulheres ouviram as companheiras que determinavam: "Não há mais lugares no Congresso, vamos voltar e nos reunir no gramado". Dessa forma se iniciou o ato público das mulheres que expressavam o desejo de 130 milhões de brasileiros.

As mulheres se manifestavam pela primeira vez de forma massiva a nível nacional desde 1964. Ali em Brasília, cada mulher que falava continuava o discurso da que a antecederia. Diretas? Já! Era a voz incansável de Cristina Tavares, Dodo-

ra, Juracy, Benedita, Ruth Escobar em meio à multidão feminina. E ao embalo de "Chorusa Figueiredo, que chegou a sua hora" as mulheres gritavam: "Votar para presidente, todo mundo quer. Queremos as diretas e os direitos da mulher!"

Pobres de espírito aqueles que responsabilizaram a mulher pelo estado de emergência! Na verdade ela já era ensaiada quando a Polícia Federal retinha nas barreiras de ônibus, principalmente os de São Paulo — a maior caravana com 20 ônibus e 750 mulheres. Houve ônibus que ficaram retidos por quatro horas nas barreiras.

Parabéns, mulher brasileira, que soube conquistar seu espaço trabalhando de forma ampla e unitária com todos os segmentos da sociedade sem perder sua autonomia ou se deixar manipular. (Maria Amélia Teles-presidente da União de Mulheres de São Paulo-SP)

UBES se fortalecerá no XXIII Congresso

Ali está provavelmente o maior Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Essa realização é o resultado do trabalho anônimo de milhares de companheiros, que não mediram esforços enfrentando a repressão nas escolas, dificuldades financeiras e familiares, e se deslocaram até Osasco, em São Paulo.

Ao longo desses treze meses de gestão tivemos avanços consideráveis no movimento secundarista. A UBES hoje já coordena três vezes mais entidades do que quando foi reconstruída. Possui sede própria no Rio de Janeiro, registrou a atual diretoria em Cartório, realizou o I Seminário Nacional sobre Educação debatendo a situação da escola atual e apontando na perspectiva da Escola Democrática, Pública e Gratuita. Realizou dois encontros regio-

nais sobre a realidade do Ensino Técnico no Brasil, aprofundou o relacionamento com todas as entidades secundaristas do país.

A UBES hoje é, no termo real, uma entidade nacional, pela organização de suas entidades filiadas em todo o Brasil e, principalmente, através das lutas que tomam em alguns momentos abrangência nacional. Foi assim a luta contra o fim da meia entrada nos cinemas, contra a repressão e invasão de escolas por forças policiais.

Mas sem dúvida o lugar de destaque cabe a luta pelas Diretas-já. Enfrentamos com bravura os cães e paus-mandados do general Newton Cruz em Brasília; paramos todas as escolas secundaristas do Piauí; saímos em passeata depois de paralisadas as aulas das maiores escolas de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná,

entre outros, acompanhando atentamente a votação das Diretas-já.

A UBES mais presente nas escolas, mais conhecida e reconhecida por amplos setores da sociedade, é o resultado do esforço conjunto da Diretoria e das entidades dos Estados, cidades e escolas.

Colegas: um papel de destaque está reservado aos secundaristas na luta para libertar nosso país do jugo do imperialismo e do regime militar. Manter a UBES sempre sintonizada com os problemas dos estudantes e do país, colocando no movimento esse enorme contingente de 25 milhões de secundaristas, é o que o povo brasileiro espera. De nossa parte fica a certeza de que batalharemos sempre animados para construir melhores dias para a juventude e o povo sofrido de nosso torrão. (Apolinário Rebelo, presidente da UBES)

A Tribuna se levantará das cinzas

Resistimos ao fogo do vandalismo oficial à tirania à ditadura. A Tribuna é o povo, o operário, o trabalhador. Nosso canto de guerra nosso berro

ecorá de Norte a Sul tirando o povo das trevas da alienação, do jogo político do das multinacionais da "informação" da mentira,

da contradição. Viva a Tribuna Operária! Tua sina gloriosa é a luta. Avante!

(Bancário-poeta-Fortaleza, Ceará)

LICÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O ascenso da luta de massas

O movimento de massas elevou significativamente o seu nível com a campanha pelas diretas-já. É ainda em processo em ascensão, não atrelado especificamente a uma corrente política, de certa forma espontânea, e guiado por um fator mobilizador unitário...

Esta palavra de ordem teve a virtude de traduzir, numa fórmula simples e objetiva, todo o sentimento de insatisfação e o desejo de mudar que tomaram corpo entre a grande maioria dos brasileiros. Com este alvo concreto como farol, milhões saíram às ruas nos gigantescos comícios...

Não é por este caminho de pequeno-burguês apressado que a revolução avança. Não se trata de resolver o máximo de coisas de uma só vez. E nem de ter como principal meta marchar só com os "puros". A revolução depende de força, que só uma ampla unidade permite acumular.

Manter a unidade mais extensa possível é essencial. O que não implica abdicar de, ao mesmo tempo, ajudar as massas a perceberem as diversas concepções e os diversos interesses envolvidos na campanha.

Manter as palavras de ordem mais simples e assimiladas pelas massas é igualmente indispensável. Na prática da luta em torno do que já compreendem é que as massas elevarão o seu nível de consciência.

Do outro lado da moeda, a pretexto de manter a unidade e de não colocar problemas dos quais as massas ainda não tomaram consciência existem outros argumentos que se contentam em seguir a rebuque da burguesia.

REBOQUISMO

Do outro lado da moeda, a pretexto de manter a unidade e de não colocar problemas dos quais as massas ainda não tomaram consciência existem outros argumentos que se contentam em seguir a rebuque da burguesia. Renúnciam às opiniões e às bandeiras proletárias. Não procuram no curso da luta abrir mais espaço para as forças operárias e populares.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adriani Barros, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01218
Telefone: (011) 2622 0110 - Fone: (011) 2622 3333
Revista: Rua Santa Helena, 17 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01218
Revista: Rua Santa Helena, 17 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01218

Vibrante apoio de todo o país para reconstruir a Tribuna

Continua vibrante o apoio dos trabalhadores e democratas de todo o Brasil para a reconstrução da Tribuna Operária. Atenção especial merece a generosidade dos operários. Além dos voluntários que aparecem para "dar uma mão" no trabalho, correm as listas nas empresas, enfrentando o fardo do arrocho salarial e mesmo o perigo de perder o emprego.

Sindicatos e Associações: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campinas, Associação dos Trabalhadores Rurais de Angélio Lombardi, presidente, e Maria Adelaide de Oliveira, secretária-geral.

Manifestação de 1º de Maio realizada em Itabuna, reunindo 21 sindicatos de trabalhadores rurais, três sindicatos urbanos, além de associações de moradores, entidades estudantis, parciais, e caravanas de diversas cidades do sul da Bahia, aprovou moção de solidariedade ao jornal Almeida.

União das Associações de Moradores de Casnos envia solidariedade assinada por seu presidente, Cleísio de Oliveira: "Ato em que o jornal Tribuna Operária é louvado por sua atuação em defesa da classe trabalhadora."

Expansivo apoio financeiro para reconstruir a Tribuna Operária: atingimos quase Cr\$ 3 milhões! Empresas/Sindicatos Cr\$

Table with 2 columns: Item description and Value in Cr\$. Includes entries like 'Coleta na Fábrica Eríz de S. Paulo' (16.100), 'Venda de bônus no 1º de Maio, S. Paulo' (12.300), 'Coleta na inauguração da Subsele Sul do Sind. Metalúrgicos de S. Paulo' (35.500), etc.

A contribuição para a reconstrução da Tribuna Operária não tem sido limitado à doação em dinheiro. Recebemos também duas máquinas fotográficas (uma Olympus e uma Xareta) de Ribeirão Preto, e dois trabalhos do pintor Cláudio Tozzi para serem lioilados.

Apoio na prática

Ajude a reconstruir a Tribuna. Deposite sua contribuição na conta 04202/0 da Agência 768 do Banco Itaú de S. Paulo, em nome de Divo Gulsoni. Envie também fotos para ajudar a recompor nosso arquivo.



Senador Fernando Henrique Cardoso: "Voté já e já. Eu gostaria de deixar aqui a minha solidariedade política, de cidadão e também de jornalista, aos companheiros pelo atentado sofrido. Eu acho que não devemos ter um regime de liberdade, onde todos tenham o direito de emitir a sua opinião. E acho que estas atitudes são de gente desesperada para a abertura democrática que o povo está conseguindo impor nesta pátria."

Deputado estadual de Goiás Ivan Ornelas: "Os donos do poder estão desesperados pela iminência de serem tirados do poder pela grande força popular, então começaram com a prática terrorista na tentativa de novamente manter o regime."

Deputado estadual do Rio Grande do Sul, Eclis Ferraz: "O atentado a Tribuna Operária mostra a impudência das forças da repressão. É preciso pôr fim a esse situação submetendo à Justiça os verdadeiros responsáveis — pessoas e órgãos, ligados diretamente ao governo — para agüentar mais."

Deputado estadual do Rio Grande do Sul, Hélio Muskopp: "A imprensa deve ser livre e não pode ser atendida apenas para os interesses dos incompetentes, incapazes e corruptos, responsáveis pelos destinos da pátria nos últimos 20 anos."

Deputado estadual de São Paulo, Adão Faraco: "O atentado a Tribuna Operária é um atentado contra a cultura. É uma violência a uma das coisas mais valiosas que o homem tem. Isso só pode partir de pessoas que absolutamente não estão nem ali, inclusive são pessoas que odeiam o pensamento do homem."

Fernando Morais, jornalista e deputado estadual de S. Paulo: "São posso comemorar. Isso ali é mais uma manifestação de um esquema paramilitar, chamado Campanha de Estado, que não é investigado porque eles sabem onde está a ponta do barbante. A ponta do barbante está na própria casa deles."

Deputado estadual Gedeão...

Sem frentes sertão passa fome

Como por ironia, a catástrofe chegou no 1º de Maio: um telégrafo da Sudene extinguindo a maioria das frentes de trabalho no Nordeste. "Assim vamos todos morrer de fome", sentença o posseiro Chico do Roque, enquanto faz a feira em Casa Nova, para a reportagem da Tribuna Operária que percorreu a região de Juazeiro da Bahia e constatou o drama dos flagelados.

Logo que souberam da notícia, alguns dos 4 mil desempregados que estavam alistados nas frentes de Juazeiro foram reclamar com o prefeito Jorge Khouri, do PDS, e conseguiram uma prorrogação do prazo até o dia 15. Mas o problema é bem maior. Ninguém conseguiu plantar nada, durante as escassas chuvas no final de 1983 e agora em março. Não havia sementes. Nem crédito. Para a maioria, a única coisa que resta é a migalha dos Cr\$ 15.300 mensais que recebem nas frentes, em geral com atraso.

Em toda a região de Juazeiro, há cerca de 45 mil lavradores, pequenos proprietários e posseiros inscritos nas frentes. Eles submeteram a medida através do deputado Luiz Nova, do PMDB, que fez a denúncia nos atos de 1º de Maio em Casa Nova e Juazeiro. A reação é de desespero. "Nós não vamos aceitar isso pacificamente", assegura Chico do Roque.

Zefinha: "Nem um grão de semente nós tivemos"

Dona Valdete dos Santos Borges tem 40 anos, nove filhos e um pedaço de terra em Cacimba do Meio, município de Casa Nova. No povoado não chegou um grão sequer das mil toneladas de sementes que o governo baiano garante estar distribuindo. Ela, como os outros 10 mil frentistas alistados nos municípios, não sabe o que fazer: "Não consegui plantar nada, não vou colher nada e só tenho essa miséria de 15 mil para viver", reclama. Mesmo com o marido e cinco filhos trabalhando de frentistas, a família de dona Valdete só come feijão e carne uma vez por semana. Mas numa coisa ela é taxativa: "Morrer de fome eu não vou".

O rosário de queixas é um só: a grande maioria não conseguiu plantar na época certa por falta de recursos e sementes. Na Vila São Joaquim, em Sobradinho, José Avelino dos Santos, casado, cinco filhos, vive "com a graça de Deus". É vigia da frente de serviço Tatuá II e, enquanto se prepara para dormir o relato com a família, explica que para não morrer de fome já vendeu "todos os cacós que tinha".



Chico, com 18 filhos, e fome

Privilegiado, ele tem "um feijãozinho bajando" (em início de safra), mas nem assim conseguirá passar sem os Cr\$ 15.300 da frente. "Será que eu vou morrer de fome?", indaga, e dispõe-se a lutar para que as frentes continuem.

É a falta de opção que obriga os lavradores a defender as frentes de emergência. Todos têm críticas severas à forma como as frentes funcionam, controladas por caciques políticos, quase sempre de alguma facção do PDS. Elas são um prato feito para a prática da "indústria da seca", tão simples como antiga e vergonhosa. A discriminação começa no alistamento dos frentistas, passa pela localização das obras de emergência e vai até a hora do pagamento. Só são atendidos os eleitores do PDS.

Em Casa Nova, várias frentes se concentram nas fazendas da família Viana, secular dominadora da região. O senador Luiz Viana Filho, do PDS, é o chefe maior do clã. Contudo quem manda diretamente no município é seu sobrinho Adolfo Viana



de Castro, secretário estadual dos Transportes, que escolheu o prefeito Geraldo dos Santos de Castro e domina todos os cargos públicos do município.

É tudo uma corrupção só. Metade do dinheiro liberado para as frentes é gasto no pagamento e no transporte dos fiscais, todos do PDS. "Não precisava tanta gente ganhando no mole", reclama Chico do Roque. No Riacho Grande, onde mora com a mulher e 18 filhos vivos, Chico ainda conseguiu que a frente fizesse uma estrada no lago do Sobradinho, entretanto são poucas as obras que servirão para os trabalhadores e para o combate efetivo à seca.

Na frente da Vila São Paulo,

O açude em Picarrão ficou pela metade, trabalho à toa; Pedro Feliciano: "Salário fraco"; e Luiz Viana Filho, chefe do clã

em Sobradinho, mais de mil trabalhadores alistados também estão no desespero. Como os outros, eles não puderam plantar quase nada e nada vão colher. Todo dia, Josefa Rita de Souza, a Zefinha, catingueira pequena, muito disposta, recebe homens e mulheres na delegacia local do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro. Muitos chegam a chorar. Reclamam soluções. Ela só tem uma: "Vamos nos organizar para impedir que eles cometam esse absurdo, porque aqui é a única forma de sobrevivência". Zefinha pensa em mobilizar os companheiros, com ajuda dos sindicatos da região, ir a Juazeiro e exigir providências das autoridades. "Nem um grão de semente nós recebemos, como é que vamos plantar?", pergunta. Ela explica que choveu na região, mas não adiantou. E agora, mesmo que cheguem as sementes, não resolvem. Passou o tempo da safra.

Maria Magnólia da Silva, casada, mãe de nove filhos, não é sindicalizada mas dá a maior força ao trabalho de Zefinha na delegacia sindical de Sobradinho. Denuncia que a "cesta de alimentos" prometida pelo governo só apareceu dois meses depois de zembro e custava Cr\$ 6 mil cada uma, descontados dos Cr\$ 15.300 do pagamento das frentes. Conta também que as mulheres são discriminadas e muitas até hoje não receberam o salário de março. As mulheres são mais da metade dos frentistas em Sobradinho.

"Uma reforma agrária é que resolve tudo isso"

Em Picarrão, no município de Santo Sé, na mesma região, o catingueiro Cicero Ferreira de Barros, 54 anos, casado, seis filhos, mostra irritação. Ele relata que se as frentes terminarem mesmo dia 15, como ameaça o governo, nenhuma obra ficará para prevenir flagelos como a seca que há cinco anos castiga a área. Ele chegou a começar uma bargagem, junto com mais três frentistas, no entanto a obra parou "por falta de cimento", conforme alegou um fiscal. Outra bargagem, mais importante, em Morrinhos, foi suspensa. Todos os frentistas trabalharam à toa, limpando beira de estrada sem plantação e, portanto, sem perspectiva de safra. Agora eles dizem que morrerão de fome sem o míngua salário da frente.

É o que conta Pedro Feliciano da Silva, ao lado da mulher Isabel, lembrando o sofrimento dos dez filhos que ficaram em casa enquanto eles fazem a feira em Picarrão. "Mesmo que esse salário fraco — diz, é o único que



temos, pois não temos condições de plantar". Dona Isabel reclama mais: há três meses não recebe o salário. Como muitos, eles conhecem e apoiam o projeto do deputado federal Haroldo Lima, que instituiu o salário-mínimo nas frentes de emergência. "É o mínimo que o governo devia fazer; pelo menos estavam cumprindo a lei" — fala Cicero Ferreira, com a concordância de seus companheiros.

Ao mesmo tempo em que enfrentam os problemas da seca, os trabalhadores da região de Juazeiro não esquecem os conflitos de terra, que são frequentes ali. O bispo de Juazeiro, dom José Rodrigues, conhece de perto os dois problemas e não separa a seca da grilagem: "Eu acho que tudo isso só será resolvido com uma reforma agrária ampla, massiva, que coloque na mão do trabalhador rural a terra e os meios para cultivá-la", disse ele na tarde de domingo, dia 6, ao retornar da Conferência da CNBB em Itacaré, São Paulo, na qual a questão nordestina foi o tema central.

Nos seis municípios da diocese, há cerca de 200 mil flagelados e apenas 45 mil alistados nas frentes. No Nordeste inteiro, são 22 milhões de vítimas da seca e só 2,7 milhões de inscritos. As obras são inócuas, os salários indignos; mas com a desativação das frentes, dom José está convencido de que a situação, já grave, vai piorar.

O bispo de Juazeiro relata que mesmo hoje o trabalhador rural passa fome. "Recebo cartas de gente dizendo que está comendo apenas raiz de pau e pondo sal



D. José: cartas de quem come pau



na boca para manter a pressão e não desmatar de fome", conta. Ele defende a manutenção das frentes, porém com outra forma de funcionamento. Os trabalhadores têm de participar dos projetos de obras, fazer poços, açudes, pequenos açudes, com acompanhamento técnico que impeça a destruição a qualquer chuva mais forte. E principalmente com direito à posse e uso da terra, pois "não adianta ficar fazendo serviço na terra dos outros".

Quem também anda incomodado com a suspensão das frentes dia 15 é o prefeito Jorge Khouri, temeroso diante dos 4 mil desempregados da periferia da cidade, que perderão seu único sustento.

"Se acabar as frentes, os pobres vão morrer"

Enquanto isso, a Pastoral Urbana da Diocese de Juazeiro encaminhou também seu documento à Sudene, assinado por vários frentistas e que dispensa comentários: "Se o governo acabar com a emergência, antes de para nós uma roça molhada ou uma indústria, porque a gente não quer viver de esmola, a gente quer trabalhar. Exigimos que as frentes de emergência não acabem: 1º, porque nós queremos viver; 2º, porque falta emprego para 84% da população de Juazeiro; 3º, porque somos todos migrantes expostos de outros lugares, sem terra, sem trabalho, sem saúde, sem escolas; 4º, porque se acabarem as frentes em Juazeiro vai haver saque; 5º, porque se acabar é melhor matar os pobres do que viver sofrendo; 6º, porque a chuva não vai resolver nosso problema; 7º, porque o pobre não vai virar ladrão; 8º, porque estamos devendo nas vendas, nas farmácias e outras dividas; 9º, porque muita gente está passando necessidade e morrendo mesmo com as frentes. Se tirar as frentes morrem todos os pobres. Esses motivos mostram um pouquinho como é a vida da gente aqui". (da sucursal)

Retirantes às avessas

A mesma notícia de chuvas no Nordeste, que serviu de pretexto para a desativação das frentes de emergência, acendeu um fio de esperança em muitos dos 4,5 milhões de nordestinos que vieram para São Paulo. Não chega a haver um exodo, como a televisão procurou mostrar. Segundo Rita Isabel Ramos Pinto, assistente social do Cetren — órgão que encaminha os retor-

nados —, o número de famílias que desejam voltar ao Nordeste permanece mais ou menos o mesmo desde que começou a onda de desemprego. Mas, sobretudo entre os que migraram recentemente, as chuvas agora se somam à falta de emprego em São Paulo para motivar essa retirada às avessas.

O Cetren atende entre 300 e 800 pessoas por dia, a meta de delays com pedido de passagem para retornar a seus lugares de origem. "Recebi carta da família dizendo que está chovendo. Eu tenho um sítiozinho por lá" — conta José Antônio Sobrinho, paraibano de Princesa Isabel, pai de oito filhos (o caçula, de três anos, está internado no hospital). Ele veio para São Paulo há oito meses, colheu laranja e algodão em Lemes. Agora, desempregado a dois meses, resolveu voltar.

"Quero voltar para Iguatu", solicita o cearense Expedito Cabral dos Santos, que está no Cetren com a esposa, dois filhos, a irmã e o cunhado. "Faz três anos que sai de lá, fugindo da seca", relata. Em São Paulo, trabalhou três anos, de pintor. Mas queixase de que na cidade grande "ninguém te ajuda". No Ceará, pretende trabalhar com a irmã "numa rocinha".

"Faz quatro meses que sai do Norte. Lá trabalhava na roça. Vim por causa da seca". Quem fala, desanimado, é o pernambucano Aere José Bezerra, de Arcoverde: "Se soubesse que São Paulo era assim, eu não vinha".

A Tribuna ouviu muitos testemunhos como estes no Cetren. É toda uma raça de brasileiros nômades, que flutua entre as metrópoles do Sul e o sertão nordestino, conforme os azarres da seca e da chuva, da crise e da expansão capitalistas. Todos foram unânimes em dizer que, se tivessem tido bastante e ajuda para plantar, ficariam sempre em seus lugares de origem.



No Cetren, em São Paulo, a busca da passagem de volta